

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES,
VEREADOR ANDERSON GOGGI**

OFÍCIO Nº 005/2026

Vitória/ES, 09 de Janeiro de 2026.

**À PREFEITURA DE VITÓRIA
Secretaria Municipal de Saúde**

Assunto: Requerimento de Informação acerca da concessão de licença sem vencimento à servidora efetiva Camila Paula Jorge Lelis, eventual vínculo com a Organização Social AGIR e suposta retirada de publicação do Diário Oficial do Município.

Senhores,

O Vereador Darcio Bracarense - PL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Vitória e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória, vem, respeitosamente, requerer informações acerca da concessão de licença sem vencimento à servidora Camila Paula Jorge Lelis, eventual vínculo com a Organização Social AGIR e suposta retirada de publicação do Diário Oficial do Município.

Chegaram ao nosso Gabinete informações de extrema preocupação, dando conta de que a servidora pública efetiva Camila Paula Jorge Lelis, ocupante do cargo de Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, teria sido colocada em licença sem vencimento para assumir cargo junto à Organização Social AGIR, entidade responsável pela gestão do Pronto Atendimento da Praia do Suá a partir de janeiro de 2026.

Ressalta-se que, mesmo em licença sem vencimento, a servidora mantém vínculo jurídico com a Administração Pública, circunstância que pode configurar vedação ou conflito de interesses, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, notadamente a Súmula nº 246 do TCU, que trata de situações envolvendo contratação de servidores ou ex-servidores por entidades privadas vinculadas a contratos com o Poder Público.

Ademais, consta que a Prefeitura de Vitória publicou no Diário Oficial do Município, edição nº 2796, de 06 de janeiro de 2026, a Portaria nº 005 da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, concedendo licença sem vencimento à referida servidora pelo período de 01 (um) ano, a contar de 08 de janeiro de 2026.

Entretanto, segundo informações recebidas, a referida publicação teria sido posteriormente removida do Diário Oficial, o que causa estranheza e preocupação, uma vez que, em caso de erro material ou necessidade de ajuste, o procedimento regular seria a publicação de errata ou novo ato administrativo, e não a supressão de conteúdo já oficialmente publicado, o que pode afrontar o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos.

Diante da gravidade dos fatos e da necessidade de preservação da transparência e da legalidade administrativa, impõem-se os esclarecimentos formais por parte da Administração Municipal.

Diante do exposto, requer-se que as Secretarias informem:

1. Confirma-se a concessão de licença sem vencimento à servidora Camila Paula Jorge Lelis, nos termos da Portaria nº 005 da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento?

a) Encaminhar cópia integral do processo administrativo que fundamentou a concessão da licença.

2. A servidora encontra-se atualmente licenciada e exercendo atividades profissionais junto à Organização Social AGIR?

a) Em caso afirmativo, em qual função e a partir de que data?

3. A Administração Municipal realizou análise prévia de eventual conflito de interesses, considerando que a servidora mantém vínculo com o Município e que a AGIR possui contrato de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde?

a) Encaminhar parecer jurídico ou técnico, se existente.

4. A Portaria nº 005, publicada no Diário Oficial do Município em 06/01/2026 (Edição nº 2796), foi posteriormente retirada do Diário?

a) Em caso afirmativo, qual a justificativa formal para a retirada da publicação?

b) Quem autorizou a supressão do conteúdo?

5. Foi publicada errata, retificação ou nova edição do Diário Oficial para corrigir eventual erro material no ato administrativo?

a) Caso negativo, esclarecer as razões pelas quais não foi adotado o procedimento regular.

6. Quais medidas administrativas foram ou serão adotadas para assegurar a observância dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade no caso em questão?

O presente Requerimento tem por objetivo assegurar a transparência administrativa, a correta observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e o regular controle legislativo, especialmente diante de indícios de possível conflito de interesses, manutenção de vínculo com o Poder Público durante licença sem vencimento e eventual supressão indevida de atos oficiais do Diário Oficial do Município.

Atenciosamente,

DÁRCIO BRACARENSE

Vereador – PL

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3300330034003400370036003A005000

Assinado eletronicamente por **Dárcio Bracarense Filgueiras** em 09/01/2026 09:55

Checksum: **A4C71429C775D3D902B604A58415C4B8AF79190EC6B7EE6871299E7461103AF0**